

## LITERATURA E HISTÓRIA: ENTRECruzAMENTO DE DISCURSOS NO ROMANCE A MARGEM IMÓVEL DO RIO, DE LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL

Literature and history: intersection of discourses in the novel *A margem imóvel do rio*,  
by Luiz Antonio de Assis Brasil

Rodrigo da Rosa Pereira  
FURG

### RESUMO

Neste trabalho, apresento, primeiramente, um breve panorama do romance histórico e das possíveis definições do novo romance histórico para, posteriormente, desenvolver uma abordagem analítica do romance *A margem imóvel do rio* (2003), de Luiz Antonio de Assis Brasil, a partir dos pressupostos teóricos em questão. O estudo do romance fundamentar-se-á em três aspectos interligados: (a) seu conteúdo histórico, (b) a configuração da personagem protagonista e (c) a sua estrutura narrativo-discursiva.

**Palavras-chave:** literatura; história; novo romance histórico.

### ABSTRACT

This study brings firstly a short overview of the historical novel e the new historical novel, and then develops an analytical approach on the novel *A margem imóvel do rio* ("The motionless bank of the river", 2003), by Luiz Antonio de Assis Brasil, based on the abovementioned theoretical assumptions. The novel is examined from three points of view: (a) its historical content, (b) the protagonist character development, and (c) the narrative-discursive structure.

**Keywords:** literature; history; new historical novel.

György Lukács, pensador marxista húngaro, residente na antiga União Soviética, escreve *O romance histórico* entre 1936 e 1937, publicando-o em partes na revista russa *Literaturni Kritik*. No Brasil, a obra será publicada somente em 2011, mais de quatro décadas após a publicação em língua espanhola. Dos quatro grandes capítulos que compõe o livro, interessa-nos aqui o primeiro, pois é nele que o autor tratará da forma clássica do gênero, representada sobretudo pelo seu fundador, Walter Scott (1771-1832). De modo geral, Lukács aponta para duas características centrais no entendimento dessa publicação: primeiramente, não se trata de uma *obra teórica*, e sim da *reflexão sobre um gênero* a partir das realizações alcançadas pelos seus expoentes, de Walter Scott a Romain Rolland; em segundo lugar, ao tratar de uma modalidade de narrativa que depende da *história* para existir, Lukács o estuda desde uma perspectiva *histórica*. Portanto, essa obra de Lukács será a grande responsável pela caracterização e conceitualização do romance histórico enquanto gênero.

De acordo com o autor, para entender o surgimento do gênero em questão, devemos levar em consideração que o romance histórico não existe sem que se entranhe nas pessoas uma certa sensibilidade para a história; o que chama de conscientização do *sentido histórico*. É o que resulta da Revolução Francesa, quando a história se converte numa experiência real, vivida tanto por intelectuais, como pelo povo, tanto pela aristocracia, quanto pelas camadas médias e baixas da população.

Além disso, o romance histórico define-se por possuir uma espécie de personagem que, como se assiste na obra de Scott, não é o indivíduo originário da elite, o homem nobre por suas virtudes ou por pertencer a uma classe social elevada, como a aristocracia, e sim *tipo medíocre e prosaico*. Mais adiante, Lukács reforça essa ideia, afirmando que os seres humanos encontrados nesse tipo de narrativa representam *caracteres tipicamente nacionais* por serem medianos. Quanto

ao tratamento das figuras históricas, estas desempenham papel secundário na trama, mas sua importância não diminui devido a isso; pelo contrário, sua presença é fundamental para que o romance possa ser considerado *histórico*, pois é em função delas que se constrói a obra, considerando que constituem os verdadeiros *representantes da crise histórica*.

Em contrapartida ao romance histórico em sua forma clássica ou tradicional, tal como Lukács o definiu, Linda Hutcheon e Seymour Menton são pensadores representativos da metaficção historiográfica e do novo romance histórico, respectivamente. Cabe observar que os estudos de Hutcheon concernem à literatura norte-americana e europeia, enquanto Menton preocupa-se mais com a literatura latino-americana.

No capítulo “Metaficção historiográfica: o passatempo do tempo passado”, com base no que define como poética do pós-modernismo, Hutcheon (1991) defende que questões tais como subjetividade, intertextualidade, referência, ideologia, estão todas por trás das relações problematizadas entre a história e a ficção. Porém, segundo a estudiosa, hoje em dia muitos teóricos se voltam para a narrativa como sendo o único aspecto que engloba a todas. Isso se deve ao fato de que

o processo de narrativização veio a ser considerado como uma forma essencial de compreensão humana, de imposição do sentido e de coerência formal ao caos dos acontecimentos (H. White 1981, 795; Jameson 1981<sup>a</sup>, 13; Mink, 1978 132;). É a narrativa que traduz o saber em termos de expressão (H. White 1980, 5), e é exatamente essa tradução que constitui obsessão para a ficção pós-moderna. (HUTCHEON, 1991, p. 160)

De acordo com Hutcheon, a metaficção historiográfica demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história é discursivamente estruturada. Assim como a ficção histórica e a história narrativa, a metaficção historiográfica não consegue deixar de lidar com o problema do *status* de seus fatos e da natureza de suas evidências, seus documentos. A metaficção sugere uma distinção entre *acontecimentos* e *fatos* que é compartilhada por muitos historiadores. Os acontecimentos tomam a forma de fatos por meio da interpretação de um sujeito. Os documentos passam a ser signos de acontecimentos que o historiador transmuta em fatos. Logo, os fatos da história não existem para nenhum historiador até que ele os crie. Isto é, os fatos não são preexistentes, mas construídos pelos tipos de perguntas que fazemos aos acontecimentos. Assim, as verdades são tantas quantas as capacidades de interpretações do passado (HUTCHEON, 1991, p. 161-162).

Em “La nueva novela histórica: definiciones y orígenes”, Menton (1993) aponta para diversos nomes e obras de referência do novo romance histórico na América Latina, atestando seu predomínio desde 1979, no período de *pós-boom* da literatura latino-americana. Embora alegue que, em sentido amplo, todo romance é histórico, posto que, em maior ou menor grau, capta o ambiente social de seus personagens, até dos mais introspectivos, a definição mais pertinente e geral para o romance histórico defendida pelo autor é a de que são narrativas que contam uma ação ocorrida em uma época anterior à do novelista (MENTON, 1993, p. 33).

Para Menton, o novo romance histórico está diretamente relacionado ao autor Alejo Carpentier e suas principais características são: a subordinação, em distintos graus, da reprodução mimética de certo período histórico à apresentação de algumas ideias filosóficas, difundidas nos contos de Borges e aplicáveis a todos os períodos do passado, do presente e do futuro; a distorção consciente da história mediante omissões, exageros e anacronismos; a ficcionalização de personagens históricos diferentemente da fórmula de Walter Scott de protagonistas fictícios; a metaficção ou os comentários sobre o processo de criação; a intertextualidade, e os conceitos bakhtinianos de dialogismo, carnavalização e paródia.

Portanto, daí surge a compreensão da história e da literatura como discursos narrativos, construtos linguísticos, simbólicos e arbitrários. Enquanto a literatura parte do critério de verossimilhança, à história concerne a veracidade. O discurso torna-se verossímil na medida da sua coerência e capacidade de persuasão (convencimento); e o discurso histórico utiliza-se do estatuto narrativo (convenções: construção, circulação, recepção, interlocução) da ficção e de técnicas de

representação ficcional, partindo do princípio que não existe verdade senão discursiva. Além disso, o tempo como categoria de diferenciação é o principal critério que permite identificar a natureza estrutural entre tais narrativas; e a literatura demonstra-se cada vez mais autoconsciente, autorreflexiva e autoafirmativa de sua ficcionalidade.

Simultaneamente, presenciamos uma ampliação do campo histórico, cada vez mais aberto para o humano e menos totalizante. Isto deriva do fato de que a Nova História promove o alargamento da noção de fonte e de documento histórico através da concepção de que é o historiador que define e produz o documento em função de sua problemática e o coloca em uma série, dentro da qual as falas dos agentes históricos do passado são compreendidas.

Nesse contexto, *A margem imóvel do rio* (2003), de Luiz Antonio de Assis Brasil, desenvolve um curioso panorama do Brasil das décadas finais do século XIX. Assis Brasil debruça-se sobre um dos mais importantes períodos da história nacional e traça um panorama das contradições do então jovem país. Na penúltima década do século XIX, no Rio de Janeiro, o cronista da corte tem suas mornas e monótonas tardes de viúvo sobressaltadas por uma urgente tarefa profissional. Uma carta chegou ao Paço, endereçada à Sua Majestade o Sr. Don Pedro II. Na missiva, um estancieiro gaúcho, Francisco da Silva, cobra a promessa feita vinte e um anos antes pelo imperador de agraciá-lo com o título de Barão da Serra Grande, em reconhecimento a sua hospitalidade quando da visita da Sua Majestade às terras do Sul. Como os registros oficiais nada revelam, o cronista parte em missão ao interior da Província mais meridional do Brasil. O cronista deixa a sede do Império, o esfuziante Rio de Janeiro, e interna-se nas fronteiras gélidas e vazias do pampa, em busca do misterioso estancieiro. Acaba por encontrar vários Francisco da Silva, todos com histórias mais ou menos coerentes a respeito das visitas de Dom Pedro às suas terras. No seu périplo pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o funcionário imperial depara-se com os ambientes pesados e retrógrados da velha aristocracia rural gaúcha, mulheres assombradas por recordações e silêncios, aventureiros em busca de ouro, homens rudes do campo, forasteiros e outros personagens e situações que dão vida e cor tanto à obra quanto ao próprio protagonista.

O tempo-espaço em que a história da narrativa se desenvolve, portanto, é o final do Império brasileiro – 1889 –, começando no Rio de Janeiro, desenvolvendo-se, em sua maior parte, no extremo Sul do Rio Grande do Sul, e finalizando-se novamente no Rio de Janeiro, dois dias após a proclamação da República. Sua estrutura constitui-se de “Um prólogo”, 50 capítulos e “Um epílogo”. A sua ação é desenvolvida linearmente, isto é, observa a cronologia dos acontecimentos; com exceção do prólogo, que apresenta um acontecimento que só será retomado a partir do capítulo 14. Isso significa que os primeiros treze capítulos configuram-se retrospectivamente em relação ao prólogo. As omissões inerentes à estrutura narrativa são determinadas pela seletividade da narração, que é realizada de um ponto de vista em 3ª pessoa, por um narrador onisciente intruso, que opina explicitamente sobre o decorrer dos acontecimentos.

Uma das questões centrais e introdutórias à análise que segue é o fato de que há uma dificuldade de adequação dessa narrativa enquanto fielmente romance histórico tradicional ou novo romance histórico; devido à sua composição mesclar traços compositivos de ambos os gêneros, podemos considerar que essa seja uma constituição híbrida. Apesar de evidenciarmos uma predominância do discurso tradicional, este é, por vezes, problematizado por uma configuração peculiar do novo romance; em especial, tematicamente.

O romance abarca grande painel histórico nacional, do fim do Império e da proclamação da República. Contudo, a História (a queda do Império e o início da República, o início da epidemia de febre amarela, o imperador, dentre outras personagens históricas) no romance constitui somente o pano de fundo dos acontecimentos protagonizados, tornando-se objeto de atenção do narrador apenas pela sua significação na configuração das personagens. Não ocorre uma consciente distorção da história, mediante omissões intencionais, exageros, anacronismos – atitudes que rompem com a linearidade própria da narrativa histórica por necessidades internas de temporalidade (a despeito do Prólogo, questão já citada). Além disso, o romance vale-se de personagens puramente fictícias na análise que

realizam dos fatos históricos; em nenhum momento, a figura do imperador, por exemplo, é elevada à condição de protagonista. O capítulo “1” abre-se com o seguinte comentário, em que é possível percebermos uma espécie de desconstrução do discurso histórico oficial (ASSIS BRASIL, 2003, p. 11):

Sua Majestade o Sr. D. Pedro II, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, protetor das Ciências e das Artes, também chamado pelo vulgo de Pedro Banana, tinha o curioso hábito de repetir “já sei, já sei”. Falavam-lhe muitas e variadas coisas e, para defender-se do tédio, ele abreviava as conversas. Usava solenes barbas em leque, muito branquinhas, e isso era o bastante para que não insistissem. Tinha horror às disputas, mas suas decisões eram categóricas. Uma vez implicou com o Barão do Rio Branco e não o incluiu na comitiva que iria à Exposição da Filadélfia. “Assim o quero”, disse, e a História ainda aguarda as razões.

[...]

Como não tivemos Idade Média, esse talentoso monarca preenchia nossas vagas aspirações de antiguidade e nobreza. D. Pedro não foi amado nem temido: foi uma necessidade romântica.

Portanto, os dados e elementos da História são utilizados com o intuito de conferir verossimilhança à narrativa; há um pacto tácito de ilusão de veracidade entre o leitor e a obra ficcional. Assim, não se propõem como reprodução dos fatos ou representação da realidade, o que contraria os preceitos do romance histórico tradicional, no qual a História assume um caráter incontestável. Paradoxalmente, por meio de uma estrutura narrativa histórica tradicional, o romance demonstra uma consciência da impossibilidade de estabelecer a verdade incontestável da História; a noção de que a língua é incapaz de promover a representação do mundo em sua totalidade, pois constitui-se em construção discursiva, interpretação do passado através da interação entre sujeito e objeto. A partir dessa consciência é que surgem trechos como: “Os geógrafos, como ele sabia, inventam o que não sabem, tal como os historiadores. Aliás, dada a mentira geral nunca vira um Historiador concordar com outro” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 34) ou “Historiadores passam metade do seu tempo a corrigir os colegas” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 17).

Em certos momentos da história, o ambiente do passado é reconstituído, via discurso, e é re(a)presentado na descrição narrativa; assim, a história, ao ser remontada, é resgatada e (re)vivida no ato da leitura. Esse é o caso do trecho a seguir:

Às onze horas em ponto ele apeava no Largo do Paço. A grande praça, coberta por mangueiras e amendoeiras, era um tumulto de pessoas. Tudo muito pictórico. Aspirou a maresia, boa para os pulmões. No cais em frente estava o colorido das bandeiras de todo o mundo. Os vendedores de água enchiam suas pipas no chafariz de Mestre Valentin. A construção, piramidal e negra, herança da Colônia, ainda provia as necessidades da Capital do Império, um atestado a mais da aguda visão da Casa de Bragança. O Historiador abençoava a si mesmo por servir a essa dinastia tão original e antiga, cujas raízes perdiam-se entre vagos reis de armadura e lanças. Na mureta do chafariz sentavam-se alguns estrangeiros loiros que se abanavam com seus chapéus, e uma infinidade de ex-escravos cuja recente libertação os deixava meio atarantados. Não fosse ele o Cronista da Casa Imperial, bem que gostaria de sentar-se ali, descansar um pouco de sua dignidade, misturar-se àquele povo. Mas hoje ele desviou o pensamento e os olhos, fixando-se em dois empregados que apagavam com escovões de piaçava um *Viva a República* escrito de modo grosseiro na parede do palácio. Até onde iriam aqueles socialistas? O tristonho edifício, com o passar do tempo, criava-se de pequenos comércios que se abriam para as ruas laterais e mesmo para o Largo. A renda era destinada à Casa Imperial. Os embaixadores europeus sorriam ao escrever isso nos relatórios aos seus soberanos. (ASSIS BRASIL, 2003, p. 35-36)

Assim como essa reambientação do Rio de Janeiro da época, também há, no decorrer na narrativa, momentos de descrição relativas à vida no Sul: o pampa, as estâncias, o interior das casas, os estancieiros e outras personalidades (verossímeis) presentes no Sul naquele período – por exemplo, Isidoro, um peão que participou como soldado da Revolução Farroupilha. Para tanto, o narrador, apesar de manter-se fiel à 3ª pessoa, não assume uma atitude predominante de distanciamento, aproximada àquela presente nas narrativas históricas tradicionais. O narrador não se simula imparcial, objetivo, neutro, ao longo da narrativa, pois sua onisciência e sua autoridade nos argumentos e comentários jamais seriam aceitas por um sujeito que nem ao menos é um testemunho dos acontecimentos. Porém, esse narrador também não se mostra diretamente envolvido e comprometido com os elementos constitutivos da narrativa; não se dirige diretamente ao leitor, nem comenta o processo criativo, mas se utiliza de elementos da narrativa ficcional – a protagonista, principalmente – para realizar a crítica ao *fazer histórico* tradicional; por isso, a escolha de um cronista, historiador do século XIX, por parte do autor, se faz pertinente.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que não se pode afirmar tal narrativa enquanto um romance histórico tradicional, igualmente não se pode apontar o romance como plenamente pertence à vertente pós-moderna do novo romance histórico, como concebido por Hutcheon. Em especial, observamos que o romance não é metaficcional à medida que a atitude de autoquestionamento é realizada não pela entidade narrativa, relacionada ao processo de autocomposição, e sim através do desenrolar de ações da própria personagem protagonista, o “Historiador”. O texto também não assume deliberadamente uma natureza intertextual, constituindo-se em mosaico de citações; não apresenta um caráter paródico em relação a outros textos que tenham abordado as mesmas questões históricas; gera uma nova interpretação que se soma às antigas, mas não as apaga. Todavia, assume uma postura dialógica, irônica e carnalizada, nos termos de Bakhtin, em alguns momentos – não predominantemente.

O fato de o protagonista precisar recuperar um acontecido passado e não o encontrar em seus registros demonstra o entendimento contemporâneo de que a História é incapaz de capturar o passado em sua integralidade; evidencia também que os acontecimentos são transformados em fatos por sujeitos historiadores, os quais selecionam o conteúdo que compõe a narrativa desse passado. A sua própria função já lhe estabelecia determinados critérios: “Na sua função de cronista deveria preocupar-se apenas com os fatos das personalidades: o Imperador em primeiro lugar, depois a Imperatriz, a seguir os dignitários da Corte, os Generais. São essas pessoas que mudam o destino dos povos” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 72); “Nenhuma história tem começo e fim, isso só acontece nos romances. Só conhecemos fragmentos. São esses pequenos trechos que, somados, nos oferecem a ilusão de que a vida é uma história única” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 140). Assim, ainda que Francisco da Silva tenha recebido a promessa pessoalmente do Imperador, o “ato” não pode ser considerado como “fato” na medida em que o cronista não o registrou, deixando-o passar despercebido.

Ainda na fase de busca do fato em seus registros, já se evidenciam tentações que vão de encontro ao método científico, mas que, apesar de serem reprimidas, explicitam que a História não pode ser imparcial; que ela passa, sim, pela seletividade de um sujeito. É por essa razão que o cronista, com autoridade em sua tarefa, torna-se capaz de surpreender-se com a ideia de que poderia inventar um registro e confirmar a promessa de nobilitação, como segue:

Deslindar o caso era mais do que obedecer a uma ordem. Em sua mente exacerbada, colocava naquilo sua dignidade de Cronista da Casa Imperial e a respeitabilidade do próprio Monarca. Ficou nisso o resto da tarde. Em dado momento, quando já sentia o cheiro dos bifés, surpreendeu-se com uma ideia: poderia inventar um registro e confirmar a promessa de nobilitação. De resto, qual a diferença de um barão a mais nesse Império tão pródigo de barões? Fechou o caderno, enviando-o na gaveta. Historiadores não são dados a mentiras (ASSIS BRASIL, 2003, p. 24).

Portanto, o fato de a personagem protagonista do romance ser o Cronista da Casa Real, “que se considerava um Historiador antes de mais nada” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 13), desempenha um papel fundamental na configuração da narrativa. Além de seu trajeto ser acompanhado pelo despertar de uma transformação de consciência e uma consequente mudança de atitude, rumo a um aprendizado de vida, realiza-se, através dele, uma abordagem da própria condição da História e do sujeito historiador, no final do século XIX; justamente o período em que a história consolida-se enquanto ciência; e o cronista representa fonte de fatos documentais – registrador –, oprimido pela mentalidade racional. Porém o caráter humano da narrativa insere fatos que servem para desestabilizar o aspecto tradicional. No decorrer da narrativa, conforme sua vivência, sua atitude racional de rigor científico gradativamente dá lugar a um comportamento mais humano.

Nesse sentido, um dos pontos centrais a ser levado em consideração neste estudo diz respeito à configuração do “Historiador”, o “Cronista da Casa Real”, no decorrer de sua visita ao Sul. Será a vivência sulina do pampa, “esse território gélido, meio castelhano, bárbaro, lugar de guerras e sedições, pouco brasileiro” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 12), o fator responsável pelo despertar de uma mudança de atitude da protagonista em direção à humanização. A experiência dessa viagem liberta o cronista, gradativamente, da mentalidade racional, científica, intimamente ligada à evolução civilizatória, à vida na metrópole, processo que não se dera no interior sulino. A partir desse entendimento, podemos dividir a narrativa em três grandes seções: o antes, o durante e o depois da vivência no pampa; e, de fato, esse panorama parece-nos imprescindível.

Ao começo da narrativa, nos diversos trechos que compõem a figura da protagonista, tem-se um homem desanimado, com aspecto de doente, infeliz, mais sobrevivendo que vivendo, “com sua acusadora magreza, com sua pele de aparência vegetal, com seus cabelos brancos e secos sempre precisando de pente” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 14). Sobretudo, a protagonista é representado como alguém extremamente racional, dedicado à sua ciência, a exemplo das seguintes descrições:

Homem ilustre pelas qualidades de intelectual, *studious philologiae* – como o chamava com alguma ironia o temível Padre Alexandrino das Neves –, conhecedor de Lógica e História, lia em grego, latim e francês, e era o membro mais moço do Instituto Histórico e Geográfico. Gostava de citar autores antigos, ainda que fosse para si mesmo. Isso o confortava muito (ASSIS BRASIL, 2003, p. 21-22).

[...]

Ele não era homem de imaginação. Precavia-se contra essas traições do espírito, embora ao preço de uma vida sem grandes alegrias (ASSIS BRASIL, 2003, p. 75-76).

Consequentemente, ele “tinha esse hábito, ou antes, vício: organizava seus pensamentos em frases acabadas, perfeitas e corretas, como impressas nas páginas de um livro”. No entanto, ao tentar “recordar-se do nome do vizinho, não conseguia. [...] sua memória, nos últimos tempos lhe restituía os fatos por miseráveis fragmentos” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 17). Ainda assim, um resquício de humano ainda existia em si: “Incomodava-se com facilidade e tinha fama de opiniático. O que não sabiam é que logo se arrependia” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 23).

Aos poucos, chegando no Sul, aquele lugar com “um frio não completamente meteorológico, mas algo mais amargo, como um desamparo e um afastamento” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 59), que faz o cronista pensar: “Só eu venho para o Sul e para o frio” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 61), o que começa a interferir em suas ações, mesmo de uma forma alheia à sua vontade. E ele, na medida em que se distancia da Corte (Rio de Janeiro, imperador etc.), rompe gradativamente com seu comportamento normal. Por exemplo, num determinado momento de sua busca por Francisco da Silva, “contrariando todos os seus métodos de trabalho histórico, ele resolveu perguntar quem se lembrava da visita de D. Pedro II” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 90). Noutro momento, desesperou-se e “iria embora, e sem conversar com os agregados. Dava por finda sua viagem pelo Sul. Diria, no relatório ao Imperador, que falara com uma dezena de Franciscos da Silva, e nenhum era o requerente. Uma mentira, mas que os fatos poderiam confirmar: bastava ele persistir naquela procura diabólica” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 116).

No trecho a seguir, percebemos que a sua própria relação com o Sul começa a desdobrar-se numa mudança de percepção, uma certa admiração por aquelas terras, ainda que reprimida por sua mentalidade metropolitana. Em busca de referência para se guiar no território atrás de Francisco da Silva, ele lia e relia os seus registros da viagem passada, há vinte e um anos:

Amaldiçoava-se por seus apontamentos serem tão avaros, o que ele entretanto justificou; [...] No passado, ele viera cheio de deveres cerimoniais, gastando seu tempo nos registros. Não pensava em si mesmo. Agora, contando com a mudez do cocheiro, o pampa desdobrava-se como algo enorme. Era possível sentir o volume, e mais do que isso, o peso das coxilhas (ASSIS BRASIL, 2003, p. 72).

Cabe aqui salientar que, apesar dessa mudança de percepção e comportamento se tornar gradativamente predominante, sua mentalidade somente vai tomar consciência da transformação nos últimos capítulos de sua viagem, quando o sofrimento do Sul adquire um aspecto de aventura. Sua autopercepção é clara especialmente após o momento em que

ele possuiu Cândida com a urgência desesperada de quem sente desfazer-se em si o nó da vida. [...] De repente algo se esclarecia em sua alma, embora ele ainda não soubesse bem o quê. Mas era algo bom e terno (ASSIS BRASIL, 2003, p. 118).

[...]

Parou-se frente ao espelho. Não sabia o que mudara em si, mas a fraca luz despertava em sua pele uma refulgência úmida, como se viesse de dentro do seu corpo. [...] Ele ainda era um homem (ASSIS BRASIL, 2003, p. 120).

Inclusive, anotara em seu vade-mécum que “*Toda história tem uma sequência imprevisível, mas quando a vemos do fim para o início, ela se torna natural*” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 125). E, cada vez mais, ele envolvia-se e vitalizava-se com aquela experiência:

ele soube que, ao contrário do que sempre pensou, a vida não lhe impunha nada. [...] No Rio de Janeiro ele organizava suas horas e minutos como um rito. O que antes lhe dava conforto era, ao mesmo tempo, o que o sufocava (ASSIS BRASIL, 2003, p. 125).

[...]

Esse sentimento, que era o primeiro em sua vida, ele não sabia como escrever no vade-mécum, nem sequer organizar as frases na cabeça. Suas palavras, palavras da Corte e dos livros de História, ali no Sul eram inúteis (ASSIS BRASIL, 2003, p. 130-31).

Assim, contraditoriamente, quanto mais distante do objetivo inicial de seu trabalho, de suas obrigações enquanto “Cronista da Casa Real”, menos o protagonista sentia-se oprimido:

ele cada vez mais se impregnava daquela atmosfera que o punha tão longe de todas as suas preocupações, em especial aquela, a maior, a que o trouxera à Província. O Monarca lá estava, em seu Paço do Rio de Janeiro, e o Império subsistia sem o seu Cronista. Encontrar ou não encontrar Francisco da Silva tornara-se irrelevante, um luxo de exatidão oficial (ASSIS BRASIL, 2003, p. 132).

Além disso, a seguinte passagem representa metonimicamente a forma como o cronista desprende-se de seu passado, de seus apegos racionais e materiais, projetando-se para uma nova vida:

O Historiador viu sua mala descendo correnteza abaixo. [...] iam-se pelas águas as roupas, os livros, os sapatos sobressalentes. Tudo o que Cecília ternamente arrumara ali dentro. Ainda tinha consigo a valise cinzenta, com o caderno n. 17, seu vade-mécum, uma camisa, uma ceroula e um par de meias. Na verdade o historiador não perdera nada, já que tinha a si mesmo e a suas poucas memórias (ASSIS BRASIL, 2003, p. 142).

Conforme nos aproximamos do fim da narrativa, testemunhamos que a mudança de atitude já atinge a própria escrita do Historiador: “escrevia para que suas lembranças ficassem bem frescas na lembrança” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 144-145). Enfim, no capítulo 50, temos o relatório às avessas – mais uma confissão, um depoimento, um desabafo: “*Desisto de saber se o português é o verdadeiro Francisco da Silva. Desisto de escrever a minha História do Império por um Contemporâneo dos Fatos*. Pôs um ponto final. Desistia de escrever qualquer História. Ele sentia que, agora sim, era um homem livre” (ASSIS BRASIL, 2003, p.162). E já era um homem mudado; já era um outro homem.

Ao chegar de volta no Rio de Janeiro, portanto, descobre que o país também já não é o mesmo: “já não havia mais Império. Proclamara-se a República há dois dias” (ASSIS BRASIL, 2003, p. 165). Assim, concretizam-se as condições para a sua nova vida; é a *Nova História* que nasce:

Agora que nada mais tinha a perder nem a ser reprovado, [o Historiador] julgou-se autorizado a descansar. [...] Nada daquilo fazia mais sentido, e seu cargo da Cronista da Casa Imperial transformara-se do dia para a noite numa monstruosidade de pomposo anacronismo. [...] E a História passava a ser outra. (ASSIS BRASIL, 2003, p. 166)

Portanto, o romance instaura um sentido de que a História “tradicional” já não é possível, afirmando que os historiadores contemporâneos demonstram mais respeito pela imaginação do que nos tempos em que assumiam simplesmente descobrir os “fatos”. A narrativa dá vida ao desejo de uma História com uma face humana, em reação à macro-história, a história quantitativa e o determinismo.

O romance evidencia o fato de os relatos históricos serem modelos verbais, ou ícones, de segmentos específicos do processo histórico, mas não os próprios acontecimentos reconstituídos; isto é, expressa a percepção de que o documento histórico não é o acontecimento em si, mas um registro, um artefato verbal, um construto linguístico, simbólico e arbitrário. Por outro lado, deixa igualmente claro que o pressuposto da referencialidade com o mundo real é o principal ponto que distingue o relato historiográfico, que segue a convenção da veracidade, e o literário, que se compromete com as convenções da ficcionalidade. Justamente por não pretender assumir-se enquanto um discurso que representa o passado “real”, a narrativa em questão obtém sua genialidade ao representar a história no âmbito do *quase-passado*, do *poderia-ter-sido*.

*A margem imóvel do rio* também não constitui um romance histórico simplesmente, na medida em que o primeiro critério deste define-se por possuir uma espécie de personagem que, como se vê na obra de Scott, não é o indivíduo originário da elite, o homem nobre por suas virtudes ou por pertencer a uma classe social elevada, como a aristocracia, e sim tipo *mediocre e prosaico*. O Cronista da Casa Imperial não se encaixa no modelo. Entretanto, ele se depara com diversos destes tipos, e ao final transforma-se num ser humano “mediano”. E as personagens históricas assumem papel secundário na trama, o que paradoxalmente aproxima a narrativa de Assis Brasil ao gênero definido por Lukács.

Nesse sentido, o romance converge com diversos pressupostos da metaficção historiográfica, ao demonstrar que a ficção não poderia deixar de ser historicamente condicionada e que a história é discursivamente estruturada. No entanto, o problema do *status* de seus “fatos” e da natureza de suas evidências e de seus documentos é discutido no interior da narrativa, no universo diegético; ou seja, não é a própria narrativa, como faz a metaficção, mas a personagem protagonista que reflete a questão de que os documentos passam a ser signos de acontecimentos que o historiador transmuta em fatos.

Finalmente, o romance aponta para a ampliação do campo histórico, mais aberto para o humano e menos totalizante, representado em especial pelo percurso da protagonista. Ele é o ser que vive o drama da impossibilidade da perspectiva imparcial do historiador, destruindo sua crença influenciada pela visão *realista* da imaginação histórica do século XIX, de uma reconstrução do passado tal qual ele aconteceu.

**Referências**

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *A margem imóvel do rio*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: o passatempo do tempo passado. In: \_\_\_\_\_. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 141-162.

LUKÁCS, György. A forma clássica do romance histórico. In: \_\_\_\_\_. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 50-102.

MENTON, Seymour. La nueva novela histórica: definiciones y orígenes. In: \_\_\_\_\_. *La nueva novela histórica de la America Latina – 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 29-66.

Recebido em: 14 jun. 2016.

Aprovado em: 16 ago. 2016.

